

As bases precárias: economia e política no ensaio *À margem do Segundo Reinado*, de Vicente Licínio Cardoso

*The precarious foundations: economics and politics in the essay
"À margem do Segundo Reinado", by Vicente Licínio Cardoso*

Lucas Santiago Rodrigues de Nicola

*Mestre em Filosofia pelo Instituto de Estudos
Brasileiros da Universidade de São Paulo
lucasdenicola@hotmail.com*

Resumo: Este artigo visa estabelecer uma análise do ensaio *À margem do Segundo Reinado*, de Vicente Licínio Cardoso (1890-1931). Tal texto, publicado em dezembro de 1925, no contexto da celebração do centenário de nascimento de D. Pedro II, é uma espécie de balanço do Segundo Reinado, cujo foco teórico recai, sobretudo, nos temas econômicos e políticos. O esforço analítico de Vicente Licínio Cardoso, em uma tradição que remonta a Euclides da Cunha, é o do intérprete que atua à margem do pensamento estabelecido, formulando, dessa perspectiva, uma reflexão crítica e propositiva permeada pelos dilemas de seu tempo. Ao longo da análise, para problematizar a concepção de "margem", foram estabelecidos paralelos com as ideias de outro pensador da época, Oliveira Vianna, o que permite revelar proximidades e diferenças interpretativas.

Palavras-Chave: Historiografia brasileira, Economia, Política.

Abstract: The aim of this article is to provide an analysis of the essay "*À margem do Segundo Reinado*", written by Vicente Licínio Cardoso (1890-1931). This essay, published in December 1925, in the context of the celebration of the birth centenary of D. Pedro II, presents an overview of the Second Empire, whose theoretical focus is aimed mainly on economic and political issues. The analytical effort made by Vicente Licínio Cardoso, in a tradition that dates back to Euclides da Cunha, is that of the interpreter who works apart of the established thinking, formulating from this perspective a critical and purposeful reflection permeated by the dilemmas of his time. Along the article, in order to problematize the concept of "margin", parallels were established with the ideas of another thinker of the time, Oliveira Vianna, what allows us to identify interpretative proximities and differences.

Keywords: Brazilian Historiography, Economics, Politics.

A história exige, para ser honesta e verdadeira, o fundamento de condições estruturais econômicas. A vida dos povos é uma vida de *necessidades orgânicas*, anônimas e inconscientes muitas vezes, as que, por isso mesmo, exigem dos historiadores robustos o esforço de uma exumação clarividente. [...] O problema último do historiador é em verdade dar, na tessitura do relato, *consciência social* aos acontecimentos inconsciente e organicamente evoluídos (CARDOSO, 1979: 81. Grifos original).

250

Completo o primeiro quartel do século XX, era tempo de um novo e espinhoso momento para o regime republicano brasileiro: o centenário de nascimento do imperador D. Pedro II, a ser celebrado em dezembro de 1925. As comemorações, assim como já ocorrera por ocasião dos cem anos da proclamação da independência, instigaram importantes debates, encarniçando desilusões e críticas de republicanos recalitrantes. Até mesmo improváveis reverberações monarquistas, já um tanto deslocadas na década de 1920, espocaram na ocasião. Alguns dos principais intelectuais da época, contudo, quando se debruçaram sobre o tema, ao invés de apologias e saudações personalistas, realizaram interpretações amplas do Segundo Reinado – um evidente intento de buscar os alicerces sobre os quais se baseou a formação do regime instaurado em novembro de 1889. Essa investigação do passado para encontrar respostas aplicáveis ao presente é sintomática do modelo intelectual de então; até cerca de 1930, quando não se havia estabelecido ainda a pesquisa das ciências sociais em instituições de ensino superior, os estudos de História e Sociologia eram carregados de proposições e interesses de intervenção social. Tratava-se de um pensamento engajado ou, conforme a caracterização de Nilo Odália, um “pensamento fundante” (ODÁLIA, 1997: 122). Exemplos dessa postura, no que diz respeito ao centenário de D. Pedro II, podem ser encontrados nos estudos de Capistrano de Abreu e Oliveira Vianna, ambos feitos em 1925, e no amplo balanço da monarquia brasileira, realizado por Oliveira Lima, no ano de 1927 (ABREU, 1976; VIANNA, 1990; LIMA, 1986).

Um dos mais intrigantes trabalhos sobre o assunto, entretanto, é obra de um autor pouco comentado, pelo menos nos dias de hoje: trata-se do ensaio *À margem do Segundo Reinado*, de Vicente Licínio Cardoso. Este intelectual, nascido no Rio de Janeiro, em 1890, reveste-se de certa obscuridade por conta da escassez de informações biográficas. Sergio Miceli, em seu breve livro a respeito das letras na Primeira República, dá notícia de que Licínio Cardoso era engenheiro, professor da Escola Politécnica e da Escola

Militar, “filósofo e autor de diversos ensaios sobre a sociedade brasileira” (MICELI, 1997: 77). A principal vertente teórica adotada pelo autor foi o positivismo – mesmo que algo ressabiado em certos momentos –, o que se faz sentir nas suas obras e nos diversos textos que publicou pela imprensa, dentre os quais, além de análises políticas e históricas, despontam estudos literários e biográficos. Na vida do autor contam fatos curiosos, alguns flertando com o quixotesco, tal como a expedição que realizou por todo o curso do rio São Francisco, a fim de relacionar as potencialidades de seus recursos hídricos, e o envolvimento, um traço de distinção amadora e apego à modernidade, com a fundação do *Botafogo Football Club* – atual Botafogo de Futebol e Regatas. O fim de tão peculiar figura foi trágico: suicidou-se no ano de 1931, o que dá traços ainda mais nebulosos à sua biografia. O certo mesmo é que Licínio Cardoso é o típico intelectual da virada do século XIX para o XX; inspirado ainda pelo pensamento cientificista e pela noção de progresso, atua em um campo não específico, no qual cultura e política, teoria e prática, discurso e ação, todos dialogam muito próximos. Inegável, também, é a importância desse autor no cenário intelectual da Primeira República. Em *O império brasileiro*, Oliveira Lima toma Licínio Cardoso como “um representante da nova geração intelectual da República” e, mais ainda, “um dos espíritos mais argutos” de sua época (LIMA, 1986: 127). Em 1922, ele foi o responsável por coordenar um renomado grupo de intelectuais – Gilberto Amado, Pontes de Miranda, Antônio Carneiro Leão, Tristão de Ataíde, Ronald de Carvalho e Oliveira Vianna – que, tendo vivido as primeiras décadas da República, se reuniu para realizar um balanço do novo regime. O resultado foi a obra coletiva *À margem da história da República*, da qual, apesar da rica diversidade de temas e posicionamentos dos autores, emergia uma opinião inequívoca: o regime implantado em 1889 havia falhado em muitas de suas propostas e precisava buscar novas alternativas. Na conclusão do volume, o organizador dava o veredito: “foi profunda a nossa desilusão, por certo. [...] Vemos a cada momento, em torno de nós, a negação – não só de tudo o que sonhamos, também de tudo o que pensamos” (apud: CARVALHO, 2006: X).¹

¹ Gilberto Freyre, em *Ordem e progresso*, faz os seguintes comentários acerca de tal obra coletiva, o que dá boa noção de seu teor: “Uma das expressões daquela inquietação dos jovens, mais marcada pelo espírito da crítica e pelo desejo de renovação, se não de revolução, se refletiria nos depoimentos de intelectuais brasileiros nascidos no Império ou nos primeiros anos da República, e crescidos com a República e na República: depoimentos reunidos no livro *À margem da história da República* (Rio, 1922). Um dos colaboradores, o professor Pontes de Miranda, escrevia aí contra o estadualismo reinante: ‘o Estado que se acha no poder, qualquer que seja ele [...] feitoriza o Brasil como o escravocrata feitorizava a fazenda’. E acrescenta que, contra semelhante estadualismo, só a ‘reação agregante’ que, ‘sem desatender a legítimos interesses locais’, considerasse principalmente a ‘unidade nacional’. Outro, Ronald de Carvalho, assim se exprimia: ‘Deixemos de pensar em europeu. Pensemos em americano. Temos o prejuízo das fórmulas, dos postulados e das regras que não se adaptam ao nosso temperamento’. Vicente Licínio Cardoso veria os

Pouco tempo depois da publicação dessa obra coletiva, e imbuído deste espírito crítico e inquieto, nosso autor realizou seu ensaio aprofundado do Segundo Reinado. Apesar do tom pessimista, em *À margem do Segundo Reinado*, Vicente Licínio nega qualquer remorso ao falar da proclamação da República, pois, e este é um dado fundamental, é uma lógica progressista a que caracteriza o seu pensamento. Logo, entende que a história tem de avançar no compasso das mudanças, e não se pode estar indiferente a esse movimento. Por conta disso, parte logo para a crítica à historiografia, porque identifica nela algumas insuficiências analíticas: ressalta, a princípio, que a maioria das interpretações acerca do reinado de D. Pedro II, muito ajustadas que estavam “à nossa imaginação tropicalista”, tinha focado em aspectos somente políticos, deixando de lado aquilo que efetivamente dizia respeito às “realidades brasileiras”. Uma figura do calibre de Joaquim Nabuco, por exemplo, um dos que fomentou o amargo arrependimento, teria sido um analista distraído, posto que focado nas vias oficiais de manifestação política, se esquecendo da força que assumia o republicanismo na vida política brasileira.² Já Euclides da Cunha, uma das principais referências intelectuais de nosso autor, teria ido além: evitando falar somente dos registros do Parlamento, do imperador ou de qualquer outra fonte oficial, preocupou-se em entender a “formação da ideia republicana” (CARDOSO, 1979: 74). Partindo desta perspectiva euclidiana (e note-se que tanto *À margem da história da República*, quanto *À margem do Segundo Reinado* são paráfrases do título da coletânea póstuma de artigos de Euclides da Cunha, *À margem*

políticos republicanos – os dominantes – preocupados só com ‘problemas secundários’, ‘questões partidárias’, ‘regionalismos deletérios’ e ‘comentários constitucionais esdrúxulos ou fetichistas’, e esquecidos dos problemas importantes de saneamento, comunicação, educação, higiene. Oliveira Viana [sic.] pregaria a necessidade, para o Brasil, de uma legislação, de uma ‘arquitetura política’, de um novo ‘sistema político’, em que o legislador, o reformador, o reorganizador, ‘antes de se mostrar um homem de seu tempo’, se mostrasse ‘de sua raça e de seu meio’. Poderia talvez ser acrescentado: do seu passado. E o professor Gilberto Amado insistiria em tese já antiga, por ele defendida com uma nitidez latina de pensamento e de palavra desde 1915: a necessidade de se considerarem os problemas brasileiros de administração e de governo em relação com o meio social. Com os antecedentes sociais peculiares ao Brasil” (FREYRE, 2004: 81-82).

² Lembre-se que Oliveira Vianna também se mostrou, mesmo que por razões diversas, extremamente crítico desse remorso republicano: “Veio a República. Veio a Democracia. Veio a Federação. E para logo se levantou um sussurro de desapontamento do seio da turba fanatizada – e esse desapontamento se acentuou, com o tempo, numa permanente desilusão. Os mais fortemente desiludidos foram precisamente os mais ardentes evangelizadores do novo credo. Os Cristos da Nova Revelação foram justamente os que mais alto fizeram ressoar o refrão do seu desanimo. – *Não era esta a República dos meus sonhos!* diziam, sucumbidos, amargados de melancolia.” Adiante, completa: “Para eles, a causa do fracasso não estava no regime, tal como ele foi ideado na constituição [de 1891]; mas apenas nos homens – ou porque ‘inexperientes’, ou porque ‘corruptos’. [...] Evidentemente, deve haver uma causa mais profunda, que explique tamanha incapacidade e tão longo e continuado insucesso. Esta causa existe e é, como já assinalamos, o *desacordo entre o idealismo da Constituição e a realidade nacional*” (VIANNA, 1939: 84-85, 92-93, grifos no original).

da história, publicada em 1909), Licínio Cardoso rastreia as “condições estruturais econômicas” sobre as quais erigir o seu ensaio; a partir disso, demonstra como o Segundo Reinado foi marcado por iniciativas político-econômicas ineficazes e pelo não aproveitamento das potencialidades da nação que se constituía.

À *margem do Segundo Reinado*, dessa maneira, é um entendimento amplo do regime de D. Pedro II, uma proposta analítica de quem, pensando o passado com olhos postos nas questões do presente, não se prende aos aspectos superficiais da história e procura a formação profunda da nação. Só consegue conceber essa interpretação aquele que escapa do centro intelectual e vai à *margem* do pensamento estabelecido; aquele que parte, imbuído de aparelhagem intelectual adequada, atrás do problema (lembre-se sempre: Euclides da Cunha é o paradigma). Nesse sentido, são questões econômicas que vão pautar todo o texto; sem entender a estrutura da produção, não haveria como apreender o sentido amplo e orgânico da formação nacional. O principal tema que exaspera Licínio Cardoso é a falta de investimentos e diversificação na economia brasileira da segunda metade do século XIX, o que manteve limitada a capacidade agrícola e não impulsionou a indústria nacional. Isso, justamente, no século que foi das inovações, “do carvão, do aço, da máquina. O século da *transição econômica* mais violenta até hoje operada entre os povos: o destronamento do binário *ouro e escravo* pelo binário mais enérgico, *máquina e carvão*”. O Brasil, nação de imensas potencialidades, ficou descompassado, não pelo atraso na comunhão com as inovações, mas pela falta de mudanças estruturais em sua economia, pela política centralizadora descontextualizada e pela pobreza em que restou o “pensamento econômico brasileiro, sem ter havido nenhuma compreensão oficial suficientemente enérgica de nossas realidades mais prementes” (CARDOSO, 1979: 90-91, grifos no original).

No que diz respeito à organização econômica, Licínio Cardoso trabalha com a ideia de “realidades brasileiras”, o que pode ser entendido, grosso modo, como a estrutura produtiva herdada dos tempos coloniais. Nesse sentido, a economia do Brasil monárquico vai permanecer atrelada à produção agrícola, ao trabalho escravo e aos interesses da exportação. As grandes conquistas da independência e da formação do Império teriam sido, nessa lógica de permanência, a manutenção da unidade territorial – mesmo com o legado centrífugo do período colonial – e do regime de trabalho escravo; tais fatores, além de preservarem as características coloniais, vão manter o poder centralizado nas mãos da elite proprietária. Diante desse quadro, ficou impossível acontecer aquilo que Licínio Cardoso chama de “democratização pela terra”; sinal político disso, os ímpetus

republicanos rebeldes foram, desde cedo, prontamente combatidos, tal como na revolta pernambucana de 1824. Segundo o autor, somente com a produção cafeeira baseada na mão de obra livre é que iria florescer o ideal republicano no Brasil. Com a vida política enfraquecida e a economia de base agrária preservada, a escravidão, com todos os seus significados econômicos e sociais, passou a ser o principal elemento de equilíbrio do nascente Estado. Mesmo nos momentos em que a centralização ficou mais flexível, como no período regencial, quando vigorava o Ato Adicional (aprovado em 1834), as revoltas que espocaram por todo o país demonstraram claramente para as elites imperiais que a centralização política, jurídica e fiscal era elemento inevitável para a manutenção das estruturas do país, pelo menos se se quisesse isso com a unidade nacional e com o regime de trabalho escravo.

Foi nesse contexto conturbado que o jovem Pedro de Alcântara assumiu o trono, apoiado por uma reação conservadora e por liberais assustados com as aventuras federalizantes do período regencial. De acordo com Licínio Cardoso:

Pedro II conseguiu, pela individualidade de sua pessoa, *protegido por condições especiais da evolução brasileira na América*, retardar de meio século o advento da República, protelar, em suma, aquilo que a Regência experimentara antes com perigo, por isso que fora prematura, mas sem desfalecimentos de energia (CARDOSO, 1979: 123).

Uma das consequências dessa política de protelação foi que o país independente, ao se consolidar em Estado nacional, não rompeu plenamente com seu passado de exploração exógena, não conseguiu mudar substancialmente sua inserção no quadro da economia mundial, mesmo acabando com o tráfico de cativos, aprovando leis comerciais e colocando em pauta a imigração. Sobre esta última, por exemplo, comenta o autor, demonstrando a pouca efetividade de planos que não foram acompanhados por investimentos em infraestrutura e pela mudança com relação ao regime de trabalho.

[...] os projetos de colonização eram oficiais: ficaram oficiais, teóricos, artificiais. A *opinião pública* pouco cuidou, excetuando São Paulo [...]. Há histórias da colonização: são histórias administrativas apenas. Não houve a realidade esplêndida de uma colonização intensa em pleno Império (CARDOSO, 1979: 88, grifo do original).

A partir de 1860, uma série de medidas legais previa a estabilização do câmbio e a exclusividade em emitir moedas ao Banco do Brasil, que só o fazia respaldado nas reservas de metal; porém, estas medidas não foram capazes de apagar as consequências das especulações bolsistas dos anos anteriores e nem de saldar dívidas de investidores particulares. Nesse cenário, uma crise na produção cafeeira na primeira metade da década culminou na quebra de importantes casas bancárias, dentre elas uma das mais respeitadas da praça, a Casa Souto. Esta situação escancarava as bases precárias de uma economia sem alicerces sólidos, que se pautava ainda na lavoura monocultora e voltada para exportações; a falta de diversidade econômica e de mercado interno era mais do que evidente, não criando canais de desafogo. A constatação mais óbvia, conforme argumenta Licínio Cardoso, é que “a economia brasileira só tinha uma fonte, e essa fonte era a lavoura. Qualquer crise dela se propagava a todas as partes e se distribuía a todos os escalões do edifício social, político e econômico”. Para o autor, portanto, a crise bancária era somente um reflexo, um “reverbero violento” da verdadeira, “profunda, surda, tormentosa” crise agrícola; o fenômeno vinha de longe, da “deslocação abrupta” de capitais com o fim do tráfico negreiro, o que inaugurou o tempo da “jogatina dos negócios” e a “febre pletórica de companhias que avassalou o Rio”. Daí, a constatação:

255

Isso era a realidade. Certo, não a vislumbraram os políticos do tempo. Olhos fixos na Europa, imitavam com pompa fofa o parlamentarismo inglês, e nenhum deles via o incêndio que ia sobre a riqueza do país, *a única riqueza nacional do tempo*: a agricultura (CARDOSO, 1979: 78-80, grifo do original).

Para piorar, ao mesmo tempo em que a economia nacional chafurdava em crise, o comércio e as casas bancárias eram majoritariamente dominados por estrangeiros, o que não mantinha parte substancial dos lucros no país. Nesse sentido, a proibição do tráfico negreiro – feita sob a influência da Inglaterra, que buscava novos meios de entrar com seus capitais na economia nacional – fora, segundo Licínio Cardoso, uma luta contra o “*capitalismo português*” (grifo do original), pois eram dessa nacionalidade os maiores importadores de escravos. Diante dessa disputa, os agricultores brasileiros ficaram desprotegidos, continuando a colher a safra dos cafezais, mas sem “nenhuma dilatação de cultivo de novas terras”. A produção agrícola, estruturada sobre o trabalho escravo e a grande propriedade, era o sustentáculo da economia nacional, determinando as taxas de câmbio e a circulação de riquezas; porém, a grande lavoura era, também, um repressor

que impunha à economia brasileira os seus limites. A crise de 1864, no dizer de nosso autor, não foi uma crise comercial, e sim uma consequência da desorganização da produção agrícola, da debilidade estrutural da economia brasileira; por conta disso, deveria ter sido “um aviso e um índice”. “Não o foi. A lição posterior de 1888 haveria de ser, como foi, por isso mesmo, bem mais séria” (CARDOSO, 1979: 80).

Diante do abalo econômico, o comércio, já bastante restrito, ficou paralisado; tal estagnação rapidamente se fez sentir na própria produção agrícola. O governo teve de agir sem esperar pelo legislativo; esperar pelas resoluções dos congressistas, pelas tais “fofas pompas” – chama atenção a forma como o autor se aproxima, nesse ponto, de Oliveira Vianna, quase reverberando a noção de *idealismo utópico*³ –, significaria perda de tempo em face de um cenário caótico. Tomaram-se medidas especiais para as falências e liquidações da bolsa, algumas em favor de banqueiros, outras dos endividados; além disso, vigorou a prática de desvalorização cambial, principal medida do governo para manter os rendimentos com a exportação do café. A Guerra do Paraguai, que começaria logo após o período mais dramático da crise, continuaria a expor as deficiências da economia brasileira. Com o início dos combates, os gastos públicos subiram a níveis altíssimos, resultando no aumento de impostos e na necessidade, a fim de não travar as finanças, de voltar a emitir moeda. Licínio Cardoso acusa certa irresponsabilidade do gabinete liberal, então no poder, em lançar o Brasil no conflito; mas, por outro lado, ressalta que a guerra foi, contraditoriamente, uma válvula de escape da economia e da política nacionais:

[...] sedentos de glória e de renome, temerosos quanto à situação interna, calamitosa mais tarde (mesmo em 1864) refletida através da crise violentíssima da capital do Império, aproveitando o incêndio do patriotismo popular em consequência da questão inglesa (em 1864) [trata-se da questão Cristhie], lançaram-se os liberais na aventura de uma guerra externa (CARDOSO, 1979:76).

Enquanto ao menos 50 mil soldados brasileiros morriam nos campos de batalha, a derrubada do gabinete liberal para a elevação dos conservadores ao poder lançou a

³ “Idealismo utópico é, para nós, todo e qualquer sistema doutrinário, todo e qualquer conjunto de aspirações políticas em íntimo desacordo com as condições reais e orgânicas da sociedade que pretende reger e dirigir. O que realmente caracteriza e denuncia a presença do idealismo utópico num sistema constitucional é a disparidade que há entre a grandeza e a impressionante euritmia da sua estrutura e a insignificância do seu rendimento efetivo – e isto quando não se verifica a sua esterilidade completa” (VIANNA, 1939: 10-11).

figura do imperador sob grave suspeita, o que significava colocar em dúvida a própria estrutura de poder do regime monárquico. De acordo com Vicente Licínio Cardoso, o evento bélico, decorrência das relações externas brasileiras, acabou se transformando no “divisor de águas especialíssimo” da política interna. A guerra, assim, acrescentou novos fatores à vida nacional, funcionou tal como um dínamo ideológico, separou

[...] a agitação monárquica, fermentada dentro dos partidos – de acanhada significação política, aliás – da evolução democrática republicana firmemente esboçada desde 1870. Passa-se, em verdade, da figura isolada de Teófilo Otoni, agitador destimerato de 1862, às reações de 1869 e 1870, em que os manifestos dos liberais e dos republicanos indicam, de fato, um começo de unidade de vistas, uma agremiação de ideias, um programa em suma (CARDOSO, 1979: 75).

Os militares teriam encontrado no cenário político brasileiro um espaço propício para dar vazão aos seus ideais salvacionistas, afinal, no juízo de Licínio Cardoso: “seja como for, a guerra do Paraguai, serena e friamente analisada, mostrou pelo próprio desencadear dos acontecimentos, a situação lamentável de fraqueza dos partidos políticos do Império” (CARDOSO, 1979: 76). Esta situação ganharia contornos nítidos após a aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871, momento em que os dramas políticos surgidos em 1868 se aprofundariam, evidenciando todos os dilemas do sistema partidário brasileiro. Ademais, a participação direta do monarca na aprovação da lei foi entendida pelos proprietários como traição, a eles e aos interesses do país. Os efeitos negativos não se restringiram somente ao imperador; para o sistema político as consequências também foram desestabilizadoras. Vicente Licínio Cardoso, comentando a vida política dos primeiros anos do Segundo Reinado, afirma que a aproximação entre os partidos fazia-se sem problema, pois eram os interesses econômicos das elites dirigentes que ditavam a política brasileira; e onde se lê “interesses econômicos”, entenda-se manutenção do trabalho escravo: “havendo sido o negro escravizado o movimentador oculto dos partidos, fica suficientemente claro que não havia propriamente ideias políticas de vitória” (CARDOSO, 1979: 75). Dessa maneira, ao se retirar o elemento escravo do campo comum, era preciso rearranjar a relação de forças político partidárias; ao se mudar o regime de trabalho, ficava evidente a debilidade política; ao balançar as bases, o superficial se desorganizava.

Sobre esse assunto, note-se o que escreveu, no mesmo ano de 1925, Oliveira Vianna, o que demonstra como havia, neste ano de celebração, um senso crítico em relação ao Segundo Reinado, mesmo que feito por vias distintas. Em seu estudo sobre *O ocaso do Império*, Vianna entendeu o enfraquecimento das disputas partidárias como algo congênito à própria política brasileira. Segundo o sociólogo, o sistema partidário carecia de significação prática; o fato de não só as leis abolicionistas, mas de todas as grandes reformas liberais do Império – eleição direta, reforma judiciária, leis de emancipação da mão de obra escrava – terem sido aprovadas por gabinetes conservadores era uma prova disso, um sinal de que o idealismo utópico estava impregnado em ambos os partidos, e em todos os grupos sociais; inclusive nos grandes proprietários de terras as utopias estariam presentes, isso por conta da ação dos filhos “doutores”, que haviam estudado nas Faculdades de Direito de São Paulo ou Recife. Para Vianna, os partidos não atuavam, no Brasil, pelo debate de ideias e pela implementação de projetos; a política seria, acima de tudo, um jogo de apadrinhamentos e disputas entre clãs, cujo objetivo seria ocupar a máquina do Estado:

258

[...] entre nós a política é, antes de tudo, um meio de vida: vive-se do Estado, como se vive da Lavoura, do Comércio e da Indústria – e todos acham infinitamente mais doce viver do Estado do que de outra coisa (VIANNA, 1990: 42).

Daí a importância central do imperador, que deveria ser o símbolo de poder que estivesse acima dos clãs e das divisões regionais. A questão é ambígua, pois, ao mesmo tempo em que, para Vianna, os grandes proprietários representavam a particularidade nacional construída durante a colônia, a partir da independência, com a formação do Estado-Nacional, era preciso contê-los em nome da unidade, esse o fato que os *idealistas utópicos* não conseguiam compreender.⁴ As reformas deveriam, portanto, ser um sistema de freios e contra freios capazes de aproveitar o que há de melhor nos clãs, assim como de eliminar suas mazelas.

⁴ Nesse sentido, é importante compreender que, de acordo com Nilo Odália, para Oliveira Vianna, os *idealistas utópicos* realizavam meras especulações sem base científica. “É essa fé na ciência como um instrumento de racionalidade que leva Oliveira Vianna a, recorrentemente, insistir naquilo que o diferencia, como um *idealista orgânico*, daqueles que, por desconhecerem a realidade histórica de nosso país, persistirem em ter ilusões quanto à possibilidade de adaptar às nossas condições societárias modelos de organização social e política importados; são os *idealistas orgânicos*” (ODÁLIA, 1990: 125).

Indo adiante na questão dos partidos, Oliveira Vianna entendia o problema como sendo mais profundo do que uma mera questão de lances e jogadas políticas; para ele, na sociedade brasileira do século XIX, não existia opinião nacional, pois não existia espírito público, nem liberdade civil ou organização de classes. Consequência disso, aqueles que acorriam às urnas iam sem consciência de seu papel, alienados de qualquer pertencimento de classe, quando não intimidados por “caudilhos territoriais” – Vianna chega inclusive a entender que o censo econômico deveria ter sido mais excludente durante todo o período imperial. A partir dessa perspectiva, o processo eleitoral não tinha “uma significação realmente democrática” e a vida política concentrava-se numa classe única, “a grande aristocracia rural”. Segundo Vianna, “esta preponderância tão absorvente da grande aristocracia da terra fazia com que nem a classe média rural, nem a plebe dos campos tivesse, ou pudesse ter, opinião”; mais do que isso, fazia os interesses das classes populares e senhoriais acordarem-se – evidentemente, essa comunhão não se dava de forma corporativa. No cenário urbano, repetia-se a mesma estrutura social, pois conflitos como os emergentes nas sociedades industriais não tinham razão de ser no Brasil. Em síntese:

[...] pela grande simplicidade da nossa estrutura social; pela ausência de antagonismo de classes; pela feição acentuadamente patriarcal da nossa sociedade, a “opinião do povo”, sob o 2º Império, estava ainda em condição muito rudimentar. O processo de sondagem por meio das eleições não podia trazer, pois, ao Imperador nenhum elemento seguro de orientação (VIANNA, 1990: 35-36).

Apesar de excluir peremptoriamente a participação popular do jogo político e delimitar como campo de análise somente as vias oficiais de expressão e participação políticas – vias que ele mesmo deslegitima, apontando a sua inadequação para o contexto brasileiro –, a argumentação de Oliveira Vianna não deixa de ser incômoda em um sentido, pois evidencia a elitização da vida política do Segundo Reinado.⁵ A ideia de

⁵ Nelson Werneck Sodré, que tinha uma interpretação distinta da de Vianna sobre o Segundo Império, também entendia que faltavam princípios fortes nos quais basear a opinião pública, o que gerava uma vida política verborrágica e vazia de sentido: “Um dos males que afligiu o regime findo em quinze de novembro de 89 foi, certamente, essa ausência de princípios fortes e básicos, a orientar as campanhas de opinião e a arregimentar as forças vivas do país, a sua produção agrícola e o surto das iniciativas que constituiriam a nossa incipiente indústria. Nem se caracterizava a existência dos partidos que ornamentaram a vida do segundo império pela luta sem desfalecimentos em defesa de certos postulados políticos a que se subordinassem, que marcassem a trajetória de cada um deles. [...] É por isso que a história do segundo

República, portanto, não teria, no raciocínio de Vianna, embasamento ideológico e nem substrato humano, porque não havia povo para essa suposta República. De acordo com o sociólogo, “onde o pensamento republicano podia encontrar campo propício de germinação era na elite cultivada das capitais e das cidades importantes, no patriarcado da riqueza e da cultura, nos quadros da direção dos partidos, nos centros universitários e literários”, nas “classes de letrados inexperientes, cheios de entusiasmo juvenil, mas sem grandes responsabilidades sociais” (VIANNA, 1990:91 e 98). Dessa forma arremata o autor, clamando contra modismos e ideologias de ocasião, a ação republicana dos militares também seria questionada, pois estava baseada, essencialmente, na crença cientificista do positivismo, não “lhes era dada por nenhum grande movimento da opinião nacional”; tramara-se o golpe contra os “casacas” civis e indisciplinados nos “bastidores dos quartéis”, sem qualquer rescaldo na opinião pública. Faltaria para o Brasil, então, uma oligarquia, uma elite efetivamente nacional; só assim – Vianna flerta com uma centralização autoritária –, e não com iniciativas populares ou de bacharéis pomposos, seria efetiva a mudança de regime.

260

De forma parecida (mas não igual), Licínio Cardoso, tratando da vida política, chamou atenção para a “inércia do meio” brasileiro – no qual as iniciativas educacionais (tanto ensino escolar quanto profissional) eram limitadíssimas e a opinião nacional bastante acanhada –, e para a encenação parlamentar do Segundo Reinado, na qual teriam acreditado muitos “historiógrafos”, sem terem percebido a miragem enganadora que era esta vida política imperial, mero mimetismo de letras, instituições e livros. Teriam, os historiadores, dado vazão a esse bacharelismo vazio, vício de uma sociedade escravocrata, para a qual a menor profissionalização é motivo de calafrios e desconforto. Admirados com debates vazios e personalidades pomposas, teriam os intérpretes se esquecido:

[...] das necessidades sociais ocultas e profundas, mal dissimuladas nos princípios e nas ideias dominantes na época, já por si difíceis de serem focalizadas, dado o feitio simplista costumeiro dos que, historicamente,

império é uma continuidade de transigências e de abdições. É por isso que esses partidos, anteriormente tão fortemente apoiados, diluem-se numa temperatura morna, onde prevalecem os conceitos externos, os conceitos copiados, as atitudes humílimas ante a sapiência de uma citação, as acomodações, não tanto para ajudar o regime e a coroa, mas para alicerçar situações provinciais, para suportar prestígios locais e supremacias em declínio” (SODRÉ, 1987:145-146).

bordam comentários à vida dos organismos sociais (CARDOSO, 1979: 81-82).

D. Pedro II, sob o viés crítico de quem pensa as necessidades “ocultas e profundas”, não foi o imperador que o Brasil precisava; essa, a opinião de nosso autor. Mesmo com todas as suas possíveis qualidades e valores, “falhou como *realizador político* em nosso meio”; faltou-lhe iniciativa e sistematização, o tato para aplicar em seu país algumas das inovações tecnológicas que tanto conhecia. A crítica, a certa altura, assume uma feição, por assim dizer, mais bem-humorada:

Cético por não poder ser pessimista, visceralmente bom, honesto, sem nenhum esforço ou alarde, liberal por ser tolerante, tolerante por ser culto, Pedro II teria sido admirável governando a Inglaterra: teria sido talvez o melhor e o maior monarca de todos os tempos, de todas as raças (CARDOSO, 1979: 94-95, grifo do original).

No Brasil, ao contrário da Inglaterra, era preciso construir um Estado nacional e governar com organização, cercar-se de gente comprometida e atuante; Pedro II o fez nos casos (importantes, apesar de restritos ao campo da oficialidade) do escritor Gonçalves de Magalhães, do pintor Pedro Américo e do músico Carlos Gomes. No entanto, deixou a desejar – e muito, para quem ficou quase meio século no poder – naquilo que diz respeito a reformas sociais e econômicas. Licínio Cardoso chega a aventar a imagem mutante de um imperador ideal:

O Brasil carecia da cultura de José Bonifácio, da energia de Diogo Feijó e da crença de Pedro II, para com eles fundir a figura complexa de *modelador* de sua nacionalidade. A cultura do patriarca, porque ela era de fato grande, sólida e sadia, embebida que estava nas ciências naturais compendiadas em seu tempo; a energia de Feijó, por ter sido eloquentemente vigorosa num momento por demais crítico de nossa história; a crença de Pedro II no Brasil, porque ela foi tão serena e confortadora, que constituiu a sua própria religião, a finalidade, em suma, de sua vida. Espanta, em verdade, a fidelidade do crente. [...] Foi o único monarquista que respeitou a República, nos dias ingratos dos primeiros anos. Não perdeu a compostura cívica de seus ideais, nem a linha elegante de suas crenças (CARDOSO, 1979: 97, grifo do original).

Nessa curiosa criatura – na qual faltou só lembrar o empreendedorismo de seu admirado Mauá: “o caso é que, se a mentalidade de Pedro II tivesse o vigor constitutivo da cerebração de Mauá, teríamos constituído um caso de evolução interessantíssima” (CARDOSO, 1979:92)⁶ – fica bem clara a filiação republicana e o ranço de politécnico, a sua crença progressista: era exigência do momento um governante enérgico e sábio, que coordenasse um programa de reconhecimento do Brasil – o próprio Licínio Cardoso realizou, no ano de 1923, aquela sua viagem por todo trajeto do rio São Francisco – para, a partir do conhecimento empírico e não só teórico, explorar suas riquezas naturais, modificar investimentos, modernizar a economia e pôr fim ao trabalho escravo. A missão, sem dúvida, era árdua; difícil foi manter-se otimista.

Para Licínio Cardoso, em uma conclusão, talvez, até certo ponto rigorosa, o que Pedro II fez foi fingir que governava, isso durante quase cinquenta anos. Cardoso afirma, ainda, que seu governo foi fictício; de tanta leitura feita, o imperador acreditou que reinava em um país de homens cultos – Oliveira Lima, anos antes, comentando o mesmo assunto, carregava nas tintas positivas e moderadas ao dizer que o imperador, em detrimento da prática, sempre foi marcado por certa “impulsão teórica”, daí porque, ao mesmo tempo em que foi o verdadeiro caráter democrático da sociedade brasileira, efetivo déspota da moralidade e quase um “modelo perfeito de realeza”, faltou-lhe “a

⁶ A questão do empreendedorismo, principalmente quando se fala de Irineu Evangelista de Souza, barão e visconde de Mauá, deve ser tratada com cautela, isso porque há o risco de se fazer um *personalismo às avessas*. O notável livro de Jorge Caldeira, *Mauá: empresário do Império*, é um exemplo dessa postura. Na bem articulada narrativa do autor, D. Pedro II e Irineu disputam para decidir quem é o verdadeiro imperador do Brasil. O monarca representa a vontade de poder absoluto, o atraso econômico, é inimigo do progresso, mas amante da civilização, da astronomia, da ópera, etc.; para ele, as exigências do momento seriam grandes e desinteressantes maçadas. O segundo, o empreendedorismo em pessoa, a iniciativa inteligente e o futuro, o visionário incompreendido e que lutava contra a corrente, pisava onde ninguém ousara e estava acima de disputas partidárias. Trata-se do empresário que ia contra uma estrutura de mentalidade e enfrentava as dificuldades: “a verdade é que Mauá não conseguira enraizar seus negócios na base fofa de um país escravista, onde o mercado era ralo e dependente do governo, e onde os homens de fortuna queriam o progresso que não colocasse em risco seus privilégios – e a mina de ouro dos fazendeiros endividados” (CALDEIRA, 1995: 414). D. Pedro II, é certo, não era o maior dos entusiastas pelas mudanças – fato constatado, tido como um de seus poucos defeitos, até mesmo por Oliveira Lima: “não obstante suas maneiras democráticas, atinha-se ao Brasil como prolongamento do passado, a um Brasil fortificado pela defesa de suas glórias e pela vibração ininterrupta de seus sofrimentos” (LIMA, 2000: 232). No entanto, ao invés de opostos, talvez seja o caso de pensar D. Pedro e Mauá como duas faces de uma mesma moeda. Mais do que lutar contra a corrente, o que Mauá fez foi encontrar meios de investimento nas brechas deixadas pela inserção do Brasil na economia mundial, muitas vezes com auxílio e financiamento do próprio Estado. Assim, seus projetos, tomados como incompreendidos, nasciam viciados pela própria estrutura econômica brasileira, daí serem sempre malfadados; o problema é entender como esses projetos só existiam porque inseridos nessa mesma estrutura. Portanto, é importante ter consciência de que, se há mitos e memórias sobre D. Pedro II, esses também existem para Mauá, aos montes.

decisão dos grandes homens de Estado” (LIMA, 2000: 205).⁷ A crítica de Licínio Cardoso evidencia um dos riscos da estratégia de governo de Pedro II, algo recorrente nos últimos anos de seu regime, quando da emergência do monarca de casaca e cartola: o de ser entendido como um diletante despreocupado. O desinteresse político, dessa forma, cruza o limite e deixa de ser um aspecto positivo; passa, pelo contrário, a ser motivo de críticas e condenações, quando não de chistes e pilhérias.⁸

O esforço analítico de Vicente Licínio Cardoso é o do intérprete que se pensa à margem do pensamento estabelecido, formulando, dessa perspectiva, uma reflexão crítica e propositiva, permeada pelos dilemas de seu tempo. Para ele, a política de Pedro II foi ineficaz – assim como os *idealistas utópicos* o foram para Oliveira Vianna – em realizar mudanças profundas e necessárias; além do mais, foi conservadora, manteve a unidade nacional, conciliou as elites e prolongou o trabalho escravo até o ponto em que este ficou incompatível com a existência do Império, até o momento em que precisaram mudar as formas conservadoras. O autor parece ter percebido, de forma bastante arguta, que a economia brasileira da segunda metade do século XIX viveu um processo de modernização conservadora e pautado por surtos de crescimento, o que não significou efetivo desenvolvimento; este, afinal, só ocorre quando, como lembra o economista João Antônio de Paula, o conjunto da sociedade usufrui de seus benefícios, não se caracterizando por ser heterogêneo, fragmentário e seletivo (PAULA, 2012: 222). Além de entusiasta da ideia de república, Licínio Cardoso condenou, apoiado nos escritos de Tavares Bastos, o excesso de centralismo do Segundo Império, o que teria criado um governo fictício e desarticulado da realidade nacional; pensa em uma república ilustrada

⁷ Mais adiante, diz ainda o historiador pernambucano: “Se sua influência tivesse sido tão real e eficaz sobre a orientação das mais importantes questões de governo quanto sobre as minudências da administração – o que era o caso, ainda que ele possuísse ideias gerais, mais do que revelava o gênio dos negócios públicos –, D. Pedro II teria deixado impressão de um grande homem de Estado e não apenas de um grande homem de bem. Foi a esse último título que deveu ser um soberano notável” (LIMA, 2000: 206).

⁸ Pouco tempo depois de Vicente Licínio Cardoso publicar seu texto, Paulo Prado, em *Retrato do Brasil*, pensava o reinado de D. Pedro II nos seguintes termos, aproximando-se das ideias do primeiro crítico e mostrando como, na época, consolidou-se, fora dos círculos “áulicos”, uma determinada forma de interpretação: “Em seguida ao Primeiro Reinado, período heroico em que se fundou num ímpeto romântico a nossa nacionalidade – entramos nesse estranho Segundo Reinado de homens eminentes, ilustrados (apesar do acentuado atraso português), de ilibado caráter, mas que passaram cinquenta anos a representar, com seriedade e numa terra que era um deserto com povoados esparsos de população mestiças, a comédia do parlamentarismo à inglesa. Além das leis liberais, que eram votadas como se destinassem ao mais esclarecido dos condados da Inglaterra, e além dos discursos de admirável eloquência parlamentar, só nos ficou, talvez, dessa época falsa e estéril, a consolidação da unidade nacional e a abolição. Apenas duas datas para um longo reinado. O país desconhecia geralmente o que fosse administração pública. O imperador, pouco inteligente, substituindo pelo patriotismo o que lhe faltava em dotes de homem de Estado, não escondia o desprezo pelas preocupações terra a terra da gestão dos negócios públicos. Deu-lhes, porém, uma feição característica, que é a glória da monarquia: o respeito religioso do dinheiro público” (PRADO, 2012: 140-141).

e com força produtiva diversificada e moderna, distante do legado colonial. Essa República, é certo, não fora empregada no Brasil a partir de 1889, pois o que se viu aqui foi um regime marcado pela especulação financeira e pelo predomínio da agricultura exportadora; o problema, para o nosso autor, portanto, não estava na adoção de um federalismo descentralizado, e sim na política econômica, que ainda mantinha o país no modelo do Segundo Reinado.

Fontes

- ABREU, Capistrano de (1976[1925]). Fases do Segundo Império. In: _____. *Ensaios e estudos: crítica e história, 3ª série*. Nota liminar de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Brasília: Civilização Brasileira; INL, pp. 73-88.
- CARDOSO, Vicente Licínio (1979[1925]). À margem do Segundo Reinado. In: _____. *À margem da história do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional (Coleção Brasileira: vol. 13), pp. 71-126.
- LIMA, Oliveira (1986[1927]). *O Império brasileiro (1822-1889)*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.
- _____. (2000[1944]). *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. Rio de Janeiro. São Paulo: Topbooks; Publifolha (Coleção Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- VIANNA, Oliveira (1939). *O idealismo da constituição*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- VIANNA, Oliveira (1990[1925]). *O ocaso do Império*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana.

Referências Bibliográficas

- AZEREDO, Carlos Magalhães de (1923). *Dom Pedro II. Traços de sua physionomia moral*. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto Editor.
- CALDEIRA, Jorge (1995). *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CARVALHO, José Murilo de (2006). Introdução. In: Vianna, Oliveira. *O ocaso do Império*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, pp. IX-XXI.
- FREYRE, Gilberto (2004[1957]). *Ordem e progresso*. Apresentação de Nicolau Sevcenko. São Paulo: Global.
- MICELI, Sergio (1977). *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva.
- ODÁLIA, Nilo. (1997). *As formas do mesmo*. São Paulo: Ed. UNESP.
- PAULA, João Antônio de (2012). O processo econômico. In: Carvalho, José Murilo de (coord.). *A construção nacional (1830-1889)*, vol 2. Rio de Janeiro; Madri: Objetiva; Fundación Mapfre, pp. 179-223.
- PRADO, Paulo (2012). *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. Organização de Carlos Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras.

SODRÉ, Nelson Werneck (1998). *Panorama do segundo império*. Rio de Janeiro: Graphia.

Artigo recebido em 8 de dezembro de 2014.

Aprovado em 19 de agosto de 2015.

DOI: 10.12957/intellectus.2015.20990